

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DOS PERÍODOS FIMOS				
em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)				em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)				
ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016	2017	2016	
CIRCULANTE			CIRCULANTE			RECEITAS OPERACIONAIS	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	66.702	27.830	Fornecedores	32.573	20.649	Impostos e descontos	624.314	439.066
Contas a receber de clientes	244.646	404.691	Impostos e contribuições sociais	24.659	19.305	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(16.716)	(18.606)
Estoques	701.872	801.746	Financiamentos	262.602	278.631	Custos operacionais	607.598	420.459
Outras contas a receber	51.396	63.216	Outras contas a pagar	85.935	85.260	LUCRO BRUTO	(538.020)	(333.886)
Impostos a recuperar e diferido	26.016	19.348		405.769	403.845	Despesas operacionais	69.578	86.574
	1.090.632	1.316.830	NÃO CIRCULANTE			RESULTADO OPERACIONAL	(63.915)	(69.341)
NÃO CIRCULANTE			Financiamentos	191.390	382.556	Participação de minoritários	5.663	17.233
Contas a receber de clientes	70.831	46.686	Impostos e contribuições diferidos	24.350	68.207	Impostos provisionados e diferidos	684	299
Créditos com terceiros	31.724	45.727	Débito com terceiros	53.165	53.164	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	61.698	28.430
Outras contas a receber	61.198	48.028	Outras contas a pagar	36.356	45.471		68.044	45.962
Investimentos	353.858	466.361		305.261	549.397			
	517.611	606.801	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DO ATIVO	1.608.243	1.923.631	Capital social	239.158	239.158			
			Reservas	658.055	731.231			
				897.213	970.389			
			TOTAL DO PASSIVO	1.608.243	1.923.631			

As demonstrações contábeis do Grupo Via de 31 de dezembro de 2017, consolidando as informações da Via Engenharia S.A. e Via Empreendimentos Imobiliários S.A., estão à disposição do mercado em geral na Sede do Grupo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Via Engenharia S.A. submete à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devidamente acompanhadas pelas notas explicativas.
Brasília-DF, 31 de dezembro de 2017. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS							
em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016	Nota	2017	2016	
Circulante				Circulante				Receita operacional líquida	21	337.917	156.820
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.707	23.100	Fornecedores	12	27.074	16.187	Custos com obras de empreitada e incorporação	22	(272.478)	(144.519)
Contas a receber de clientes	6	28.413	52.908	Obrigações trabalhistas e sociais	13	17.015	12.958	Lucro bruto		65.439	12.301
Imóveis a comercializar	7	96.082	115.553	Impostos e contribuições diferidos	16	3.423	3.006	Receitas (despesas) operacionais			
Outros créditos	8	11.920	12.754	Empréstimos e financiamentos	14	6.402	37.619	Despesas administrativas	23	(27.803)	(21.728)
Impostos a recuperar e diferidos	9	25.316	17.339	Outras contas a pagar	15	7.847	6.930	Despesas comerciais		(62)	(85)
Despesas antecipadas		434	10			61.761	76.700	Despesas tributárias		(843)	(742)
		186.871	221.664	Não circulante				Depreciações e amortizações		(1.984)	(4.298)
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	14	58.044	142.817	Resultado financeiro	24	(43.801)	(26.925)
Realizável a longo prazo		-	862	Impostos e contribuições diferidos	16	1.574	50.558	Resultado de equivalência patrimonial	10a	68.821	63.440
Contas a receber de clientes	6	-	-	Transações com Partes Relacionadas	19b	28.261	17.508	Outras receitas (despesas) operacionais		73	2.181
Transações com Partes Relacionadas	19b	235.016	258.886	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributárias	17	7.799	2.873			(5.599)	11.842
Ativo fiscal diferido	9	33.774	29.509			95.678	213.756	Resultado antes da tributação		59.840	24.143
Depósitos e cauções		2.372	2.248	Patrimônio líquido	20			Imposto de renda	18	(907)	(31)
		271.163	291.505	Capital social		169.158	169.158	Contribuição social	18	(147)	(24)
Investimentos por equivalência	10	292.518	223.697	Adiantamento para aumento de capital		46.340	46.340	Ativo fiscal diferido	18	52.513	21.133
Propriedade para investimento		-	171.150	Reserva legal		33.832	29.933	Resultado líquido do exercício		111.299	45.222
Imobilizado	11	9.395	15.552	Reserva de retenção de lucros		353.178	387.681				
		301.913	410.399			602.508	633.112				
Total do ativo		759.947	923.568	Total do passivo e patrimônio líquido		759.947	923.568				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)					
	2017	2016		Capital social	Adiantamento para aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Resultado líquido do exercício	111.299	45.222	Saldos em 31 de dezembro de 2015	169.158	47.537	27.672	344.720	-	589.087
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	Adiantamento para aumento de capital	-	(1.197)	-	-	-	(1.197)
Total do resultado líquido abrangente do exercício	111.299	45.222	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	45.222	45.222
			Destinações:						
			Constituição de reserva legal	-	-	2.261	-	(2.261)	-
			Constituição de reserva	-	-	-	42.961	(42.961)	-
			Saldos em 31 de dezembro de 2016	169.158	46.340	29.933	387.681	-	633.112
			Reversão de mais valia	-	-	-	(141.903)	-	(141.903)
			Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	111.299	111.299
			Destinações:						
			Constituição de reserva legal	-	-	3.899	-	(3.899)	-
			Constituição de reserva	-	-	-	107.400	(107.400)	-
			Saldos em 31 de dezembro de 2017	169.158	46.340	33.832	353.178	-	602.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	59.841	24.143	
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	1.984	4.298	
Resultado de equivalência patrimonial	(68.821)	(63.440)	
Baixa de imobilizado	4.696	1.263	
	(2.299)	(33.736)	
Variações nos ativos e nos passivos			
(Aumento) redução em contas a receber	26.189	(2.574)	
(Aumento) redução em imóveis a comercializar	19.471	(774)	
Aumento (redução) em fornecedores	10.887	(2.786)	
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	2	(42.104)	
	56.550	(48.238)	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	54.250	(81.974)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(524)	(29.254)	
Aumento/diminuição de investimentos	171.150	77.944	
Reversão de mais valia	(141.903)	-	
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	28.723	48.240	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aquisição (amortização) de empréstimos	(115.991)	9.955	
Transações com partes relacionadas	34.623	(7.247)	
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(81.368)	2.707	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.606	(31.027)	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.100	54.127	
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.707	23.100	
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.606	(31.027)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional
A Via Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Brasília - Distrito Federal, tendo como atividade preponderante a execução de serviços de engenharia e construções em geral nos setores de obras de infraestrutura, construção por empreitada, inclusive edificação de obras públicas e privadas e de incorporação imobiliária.
A Via Engenharia S.A. possui as seguintes participações societárias em empresas coligadas:

	% de participação	
	2017	2016
CENTRAD Holding S.A.	50,00	50,00
SVC Construções S.A.	50,00	50,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 101	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 102	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 103	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 104	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 105	10,00	10,00
Via Empreend Imob S.A.-SPE 106	10,00	10,00

Adicionalmente, a Companhia possui participação de 1% a 5% em outras empresas do seguimento imobiliário do Grupo VIA.
2 Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional
No exercício de 2017, o segmento de construção pesada, sobretudo na área de infra-estrutura, continuou enfrentando rigorosa crise de oferta de mercado, em razão do menor volume de investimentos, notadamente do Governo Federal e de certos governos estaduais e municipais, importantes contratantes de obras e de serviços de engenharia.
Diante desse cenário atípico, a Companhia vem implementando, com sucesso, rigoroso programa de reestruturação financeira e operacional, objetivando alcançar, ainda em 2018, a normalidade e a continuidade de suas atividades.
O programa prevê, dentre outros itens, as seguintes relevantes ações:

- melhoria na qualidade dos serviços executados nas obras em curso e sobretudo naquelas a iniciar em 2018, objetivando a simplificação de atividades, redução de custos e principalmente a entrega nos prazos contratuais;
 - implementação de nova política comercial, com revisão dos procedimentos para a formalização de participação de licitações, priorizando aquelas com evidências de existência de recursos e fontes de financiamentos assegurados; bem como firme acompanhamento da inadimplência de clientes;
 - redução e adequação dos custos com pessoal e encargos sociais das áreas administrativa e operacional, com adoção de medidas regulares para o acompanhamento dos serviços prestados por terceiros com a consequente exigência de documentação hábil para evitar futuras demandas trabalhistas contra a Companhia;
 - reperfilamento do serviço da dívida atual, com implementação de novas carências de pagamento de principal e de juros, bem como redução da taxa de juros;
 - pagamento do saldo devedor de certos financiamentos com dação de ativos da Companhia, a valor de mercado que neste exercício somaram R\$ 99.700.
- Assim, com a adoção rigorosa e gradativa dessas ações internas e com as expectativas favoráveis de recuperação da economia brasileira, com a queda da inflação e com a redução permanente da taxa básica de juros, aliado ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, a Administração da Companhia acredita firmemente na recuperação, normalidade e continuidade de sua atividade operacional.
- 3 Apresentação das demonstrações contábeis**
a. Demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia. Na preparação das demonstrações contábeis, são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisões para contingências e garantias, provisão para

Norma	Pronunciamentos	Descrição	Vigência a partir de:
IFRS 9	CPC 48	Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018
IFRS 15	CPC 47	Receitas de Contratos com Clientes	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Não editado	Operações de arrendamento mercantil	1º de janeiro de 2019
IFRS 2	Não editado	Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações	A ser determinado
IFRS 10 E IAS 28	Não editado	Mensuração a valor justo de coligadas e empreendimento controlado em conjunto	A ser determinado

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários CVM e pelo CFC de modo que sejam adotados a partir de sua aplicação.
A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos impactos referentes às novas normas e interpretações já emitidas e ainda não adotadas, porém não espera impactos significativos, exceto pela IFRS 15. Com relação à IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes ("Revenue from Contracts with Customers"), em 4 de novembro de 2016 foi emitido o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes que substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas e CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção. Este novo pronunciamento introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e, como a receita é mensurada. Altera significativamente as regras e critérios para definição da receita decorrentes de contratos com clientes de operações de compra e venda de unidades imobiliárias, o qual poderá alterar o método atualmente utilizado de percentagem completada (POC - "Percentage of Completion").
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 10 de janeiro de 2018, emitiu OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2018, informando que a OCPC 04 (R1) ficou em audiência pública durante o ano de 2017, tendo seu processo de emissão suspenso por decisão do CPC em decorrência de consulta formulada ao Comitê de Interpretação do IASB - IFRS IC, a fim de analisar as possíveis alterações no CPC 04. Consequentemente, não é possível concluir até o momento o critério a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, bem como os efeitos pela sua aplicação, pois a Companhia aguarda interpretações definitivas do CPC 47 e a emissão da orientação técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC).
Em 13 de março de 2018 o IFRS IC concluiu a sua análise sobre o reconhecimento de receita e, em seu entendimento as entidades de incorporação imobiliária brasileira devem reconhecer a receita em um único momento, e não mais ao longo da construção. O CPC e a CVM, ainda não se manifestaram sobre o entendimento do IFRIC IC, portanto, existem incertezas sobre o critério contábil a ser adotado a partir de 1º de janeiro de 2018, incluindo efeitos correspondentes se aplicável. Consequentemente, não foi possível também, avaliar os possíveis efeitos do IFRS 9 nas entidades de incorporação imobiliária.
r. Gestão de risco financeiro
Considerações gerais e políticas
As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela diretoria e acionistas.
As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:
a) Risco de Crédito
O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme Nota Explicativa nº 04, bem como aos valores a receber (contas a receber), descritos na Nota Explicativa nº 05.
O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado: i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e ii) com relação às contas a receber os serviços prestados estão concentrados em órgãos da administração pública, cujo o risco de crédito é reduzido mas não inexistente.
Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos, exceto a provisão para créditos de liquidação duvidosa consignados às demonstrações contábeis.
b) Risco de mercado
O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 05. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração.
c) Risco de liquidez
O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descaçamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia por meio do departamento financeiro.
A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa	34	43
Bancos	695	2.874
Aplicações financeiras (a)	23.978	20.183
Total	24.707	23.100

(a) Refere-se a aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remunerados a taxas que variam entre 100 e 101% do CDI. Esses investimentos estão classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. O valor justo é semelhante ao valor contábil registrado.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Circulante	1.142	715
Contas a receber de órgãos (a)	29.118	35.478
Faturas a receber de clientes públicos (b)	4.344	26.180
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.191)	(9.465)
Total	28.413	52.908

Não Circulante

Contas a receber de clientes(a)	-	862
Total	-	862

(a) Os valores apresentados acima, já estão líquidos do ajuste a valor presente.

(b) Referem-se a valores a receber por serviços executados e medidos em órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, atualizados monetariamente de acordo com os índices contratuais, deduzidos das parcelas relativas aos serviços relacionados aos subempreiteiros.

	até 30 dias	30 a 60	61 a 90	91 a 120	+120
	25.354	1.357	404	241	1.762

a) Investimento por equivalência

Empresas	2017					2016				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Vr. Investimento	Equivalência patrimonial	Vr. Investimento	Equivalência patrimonial
CENTRAD Holding S.A.	11.913	2.418.584	123.334	1.729.117	578.045	140.733	289.023	70.367	219.721	65.790
SVC Construções S.A.	173	9	464	-	284	(283)	(141)	141	(328)	526
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 101	26.109	(10.265)	1.090	-	14.753	8.608	1.475	861	615	258
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 102	4.716	8.420	7.085	-	6.052	(2.054)	605	(205)	811	(35)
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 103	891	-	47	26	818	(107)	82	(11)	92	(60)
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 104	920	6	202	1.507	(783)	(385)	(78)	(38)	(40)	(39)
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 105	9.705	-	2	9.349	354	-	35	-	35	13
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 106	85.942	-	2.219	68.107	15.616	(3.785)	1.562	(379)	1.940	80
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 107	41.504	918	771	33.234	8.417	(9.597)	101	(96)	180	(112)
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 108	12.288	-	1	11.550	737	-	7	-	7	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 109	10.348	-	11	9.972	366	-	4	-	4	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 110	150	2.937	-	2.955	131	85	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 111	6.920	11.960	9.165	-	9.715	(1.476)	97	(1)	112	11
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 112	6.507	25.043	5.053	4.557	21.940	14.980	219	150	70	4
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 113	81	-	-	713	(632)	(553)	(6)	(6)	(1)	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 114	311	-	1	359	(49)	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 116	33.722	22.868	24.118	36.573	(4.100)	(2.868)	25	(29)	(12)	(93)
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 117	124.787	70.186	135.145	71.479	(11.651)	(506)	(117)	(5)	(111)	9
Via SPE 118 Empreend. Imob. e Participações S.A.	120.248	2.924	22.509	75.577	25.086	(1.916)	251	(19)	270	79
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 119	954	-	2	1.259	(308)	(15)	(3)	-	(3)	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 120	49.389	-	2.365	49.702	(2.678)	(2.293)	(27)	(23)	(4)	1
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 121	6	-	-	4	2	-	-	-	-	-
Jacaranã Empr. Imob. S.A. - SPE 122	58.835	9.926	72.224	4	(3.463)	(10.697)	(173)	(535)	429	(438)
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 124	(1.742)	23.422	-	30.064	(8.384)	(6.389)	(419)	(319)	(100)	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 125	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 127	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 128	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 129	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 130	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 131	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 132	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Via S.A. - SPE 302 Empreend. Imobiliários	34.295	19.305	5.236	48.870	(505)	(1.574)	(5)	(16)	11	19
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 303	8.571	-	1	8.635	(65)	(3)	(1)	(1)	(1)	3
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 502	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-
Via Empreend. Imob. S.A. - SPE 503	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	119.905	292.518	69.824	223.697	66.017
Ajuste de equivalência	-	-	-	-	-	-	-	(1.003)	-	(2.577)
Total	-	-	-	-	-	119.905	292.518	68.821	223.697	63.440

11 Imobilizado
a) Composição

Descrição	Taxa anual de depreciação	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016
Bens imóveis	4%	6.384	6.384	6.384	6.384
Máquinas e equipamentos	10%	59.928	62.492	59.928	62.492
Veículos	20%	42.223	45.196	42.223	45.196
Móveis e utensílios	10%	195	195	195	195
Aeronave	10%	-	4.500	-	4.500
(-) Depreciações acumuladas	-	(99.335)	(103.215)	(99.335)	(103.215)
Saldo líquido	-	9.395	15.552	9.395	15.552

A Companhia revisa periodicamente a existência de indícios de recuperabilidade dos Imobilizados. Nos casos em que são identificados imobilizados que não serão recuperáveis, a Companhia analisa

14 Empréstimos e financiamentos
a) Composição da dívida

Empréstimos e financiamentos por modalidade	Taxa de Juros média a.a.	Indexador	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
			2017	2016	2017	2016
Finame	3,5% a 11%	-	5.454	-	8.546	14.039
Sistema financeiro habitacional	5%	TJLP	-	8.751	-	-
Capital de giro (1)	13,46%	-	948	22.438	49.498	128.778
Total de empréstimos e financiamentos	-	-	6.402	37.619	58.044	142.817

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais e fianças dos acionistas, não possuindo cláusulas restritivas de covenants.

Os empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2017, registrados no passivo circulante, têm vencimento até o término do exercício de 2019.

(1) - Evento subsequente: Passivo não circulante

A Via Engenharia S.A. e algumas empresas do Grupo VIA firmaram, em 28 de dezembro de 2017, Instrumento de Confissão e Pagamento e Outras Avenças com o Itaú Unibanco, para liquidação financeira do Contrato de Financiamento Imobiliário e Outras Avenças celebrado, em 12 de novembro de 2013, entre a Companhia e Domus Companhia Hipotecária e RB Capital Companhia de Securitização, com a participação do Itaú Unibanco, na qualidade de Feador da operação. A liquidação financeira integral do saldo devedor do Contrato de Financiamento Imobiliário (cujo valor soma-se R\$ 104.721), pelo Itaú Unibanco, ocorreu em fevereiro de 2018 e a Companhia promoverá, oportunamente, o respectivo ressarcimento ao Itaú Unibanco com a dação de determinados imóveis pertencentes às empresas do Grupo VIA. Até a conclusão dos trabalhos de encerramento destas demonstrações, não há nenhum problema com relação à documentação dos referidos imóveis.

15 Outras contas a pagar

	2017	2016
Débitos com consórcios	3.564	2.910
Retenções contratuais	4.283	4.020
Total	7.847	6.930

16 Impostos e contribuições diferidos

Correspondem aos tributos provisionados sobre as receitas reconhecidas de acordo com o progresso físico das obras e têm os seus recolhimentos seguindo o regime de caixa, no caso de obras públicas.

Também são provisionados os tributos sobre o reconhecimento do resultado de incorporação, apurado de acordo com o custo incorrido, cuja tributação também ocorre conforme o regime de caixa.

	2017	2016
Imposto de Renda	3.203	37.759
Contribuição Social	-	13.416
PIB	340	378
COFINS	1.039	1.173
ISS	415	838
Total	4.997	53.564

17 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Além disso, existem causas trabalhistas nas quais a Companhia está classificada como ré, por ser considerada corresponsável no processo.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes nas esferas trabalhistas, cíveis e tributárias, e identificou os processos com risco de perda classificados como provável, possível, e remota. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas estimadas com as ações em curso. As principais informações estão relacionadas a seguir:

Natureza da Contingência	Provável	Possível	Remota	Total por Natureza
Trabalhista	3.628	14.344	939	18.911
Cível	4.171	11.707	209	16.087
Total de Contingências	7.799	26.051	1.148	34.998

Contingências classificadas como risco "provável"

Trabalhistas - Correspondem a diversas ações de natureza trabalhista, originadas principalmente de desligamentos de colaboradores. Os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício de funcionários de responsabilidade de subempreiteiros. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.255 (2016: R\$ 2.248), relativamente a processos trabalhistas.

Cíveis - Correspondem, principalmente, a processos de rescisão contratual de Companhias prestadoras de serviços e danos morais.

(c) Refere-se a serviços executados a órgãos públicos até 31 de dezembro de 2017 e ainda não faturados.
7 Imóveis a comercializar

Representados por terrenos para futuras incorporações e pelos custos das unidades imobiliárias (imóveis prontos e em construção), como demonstrado a seguir:

	2017	2016
Terrenos a incorporar	33.183	54.611
Imóveis concluídos	61.377	59.821
Materiais	1.522	1.121
Total	96.082	115.553

8 Outros créditos

	2017	2016
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	7.459	8.308
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.705	2.706
Dividendos a receber	1.756	1.560
Total	11.920	12.574

9 Impostos a recuperar e diferidos

	2017	2016
IRPJ antecipado	5.794	3.277
CSLL antecipado	4.346	1.654
PIB/COFINS a compensar	-	44
INSS a recuperar	11.718	-
IRRF s/ aplicações	-	232
IR a compensar - Consórcios	3.457	2.571
Ativo Fiscal (IRPJ)	24.834	27.246
Ativo Fiscal (CSLL)	8.941	11.824
Total	59.090	46.848

Circulante	25.316	17.339
Não circulante (a)	33.774	29.509

Movimentação da base do crédito tributário

	2017	2016
Saldo inicial	(86.791)	(28.645)
Constituição	(12.544)	(58.146)
Saldo final	(99.335)	(86.791)

(a) Composição do crédito tributário

	2017	2016
Base de cálculo		
Prejuízos fiscais e bases negativas	(99.335)	(86.791)
Total	(99.335)	(86.791)
CSLL à alíquota de 9%	(8.940)	(7.811)
IRPJ à alíquota de 25% (acrescido de 10% de adicional)	(24.834)	(21.698)
Não circulante	(33.774)	(29.509)

10 Investimentos

A Companhia participa no capital social de outras empresas e de Sociedades de Propósito Específico (SPE), conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Investimentos por equivalência (a)	292.528	223.697
Propriedade para investimento (*)	-	171.150
Total	292.528	394.847

(*) No exercício de 2017 foi vendida a propriedade para investimento, composta pela participação de 15% no empreendimento denominado Green Tower.

12 Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores Via Engenharia S.A.	6.682	4.201
Fornecedores - Consórcios	20.392	11.986
Total	27.074	16.187

13 Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e provisões trabalhistas a pagar	3.164	3.627
Encargos e contribuições sociais a recolher	2.537	2.315
Provisões trabalhistas de consórcios	5.852	4.409
Tributos a recolher	5.462	2.607
Total	17.015	12.958

Contingências classificadas como risco "possível"

Trabalhistas - Correspondem a ações originadas de desligamentos decorrentes do curso normal de seus negócios, mas que o objeto da ação não apresenta decisões pacificadas em tribunais, e cuja avaliação dos nossos consultores jurídicos não tenha evidências de perda.



VIA ENGENHARIA S.A.

CNPJ Nº 00.584.755/0001-80

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 05 de abril de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S - DF